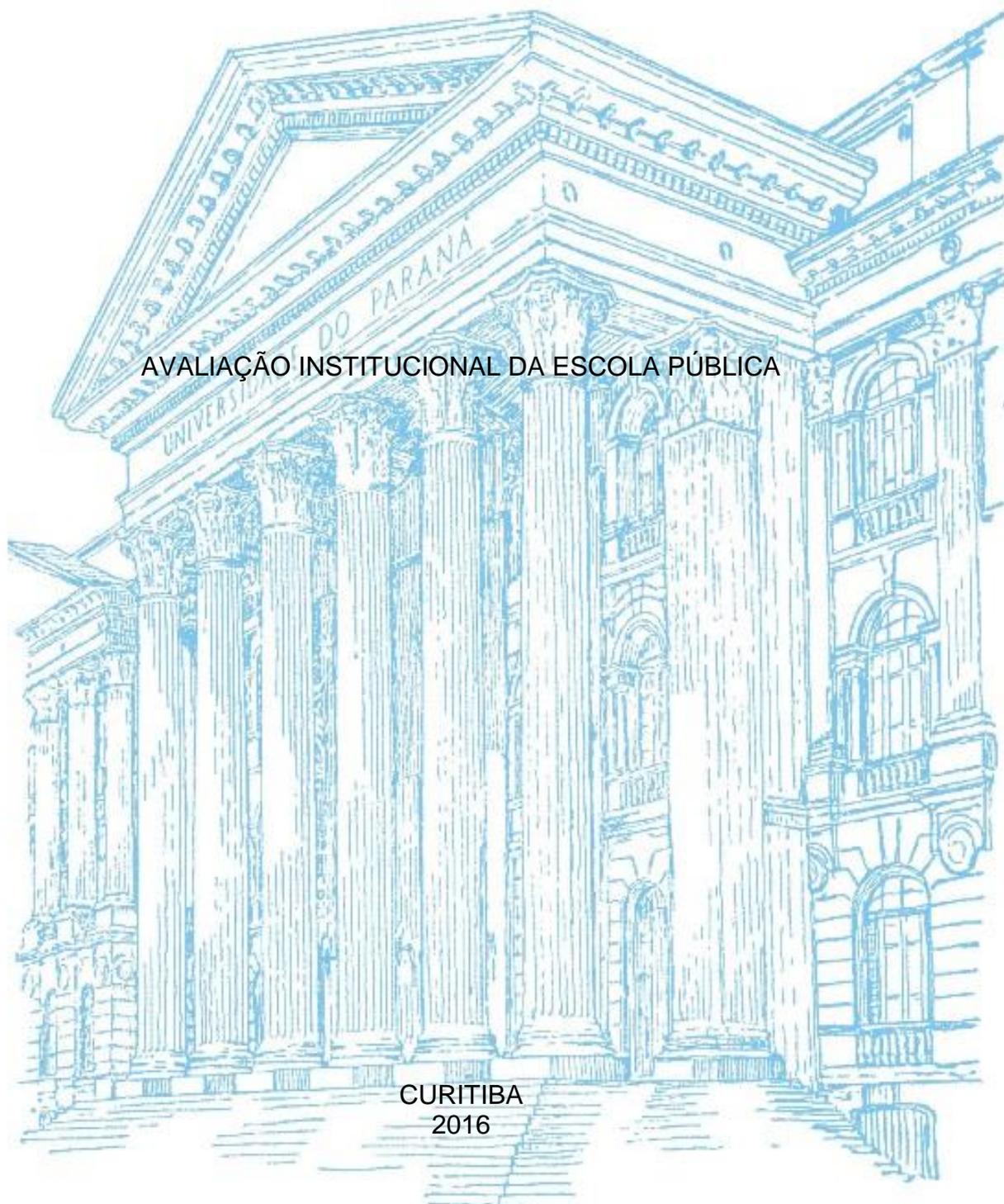


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ELIZETE BECHER



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

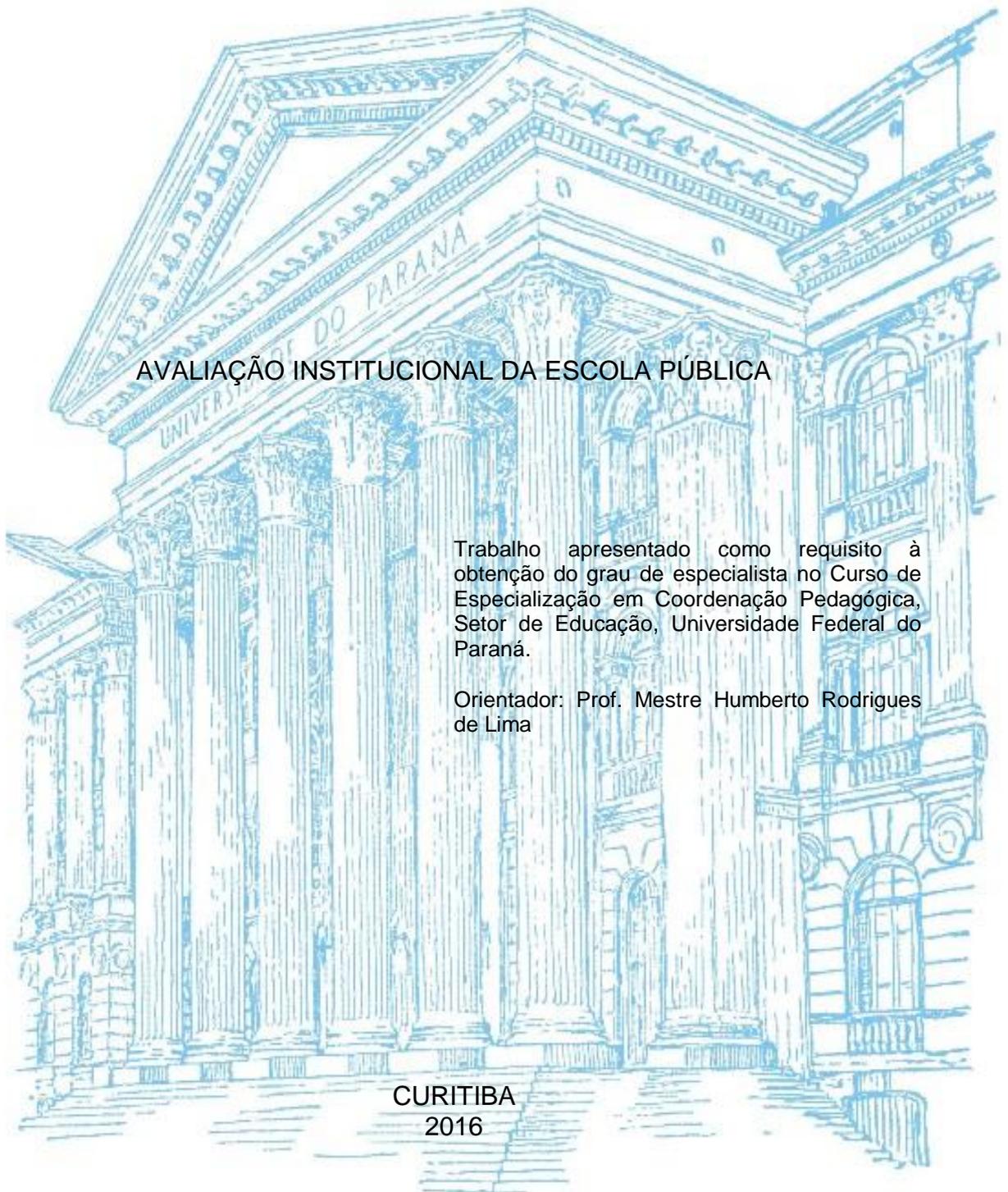
ELIZETE BECHER

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Mestre Humberto Rodrigues de Lima

CURITIBA
2016



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA PÚBLICA

Elizete Becher*

RESUMO: Discutir questões referentes à avaliação da instituição escolar pública em suas múltiplas dimensões na perspectiva da gestão democrática significa abordar as razões de ordem sociais e político-administrativas capazes de justificar a importância da escola proceder à sua autoavaliação. O texto aqui apresentado analisa elementos conceituais e procura contribuir para explicitar a importância da avaliação institucional e seu papel no desenvolvimento institucional da escola e na gestão democrática amparada por processos de mediação pedagógica pensados coletivamente. A contemporaneidade, permeada por rápidas e evidentes mudanças nas áreas científica, tecnológica, social, político-econômica e cultural, tem influenciado a organização social como um todo e os processos educacionais sofrem com o reflexo concreto das transformações havidas na sociedade. Nesse sentido, além de socializar subsídios teóricos sobre a avaliação da instituição escolar, considero relevante efetuar a proposição de discussões a respeito da operacionalização, ou seja, da utilização dos resultados obtidos no decorrer do processo de avaliação institucional e autoavaliação, para a elaboração do plano de ação da escola, visando a melhoria do processo educativo e a apropriação dos conhecimentos, ancorada na participação democrática e colaborativa dos protagonistas da instituição e no resgate da função social da escola.

Palavras-chave: avaliação institucional; autoavaliação da escola; processo educacional.

*Artigo produzido pela aluna Elizete Becher, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Professor Mestre Humberto Rodrigues de Lima. E-mail: elizbec@gmail.com

Introdução

Este artigo pretende discorrer a respeito da prática da avaliação institucional e da autoavaliação nas escolas da rede pública que ofertam Educação Básica, em razão de sua relevância na efetivação da gestão democrática das instituições escolares e também a interdependência entre a avaliação das escolas e a qualidade da educação.

Na contemporaneidade, é preciso que os atores das instituições de ensino priorizem os debates acerca dos processos de avaliação institucional, cada dia mais presentes nos estudos das políticas educacionais e no cotidiano das escolas de Educação Básica. Não se trata de tarefa fácil, mas importante porque remete-se a estrutura organizativa da instituição e ao desempenho de seus profissionais e dos alunos.

Para a realização dessa pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica amparada por um processo de reflexão, sendo que o eixo reflexivo figurará em torno dos desafios que a instituição educacional enfrenta quando se propõe envidar esforços para efetivar uma avaliação interna ou autoavaliação com a percepção de que as relações educativas vivenciadas no interior da escola possuem um elevado grau de complexidade, aliadas a um processo dinâmico e a questões permeadas pela resistência dos protagonistas da escola em termos de participação nos processos decisórios, quando as oportunidades se apresentam.

Reforça-se, com o estudo ora efetivado, a fundamental importância da avaliação interna da escola e, principalmente da autoavaliação institucional com a participação dos profissionais que nela atuam e demais sujeitos que compõem a comunidade escolar, a fim de que se reflita como a instituição pode olhar de maneira crítica sobre si própria e sobre a ação educativa que tem a seu encargo.

O cerne desse artigo é discutir como deve efetuar-se a avaliação da instituição educacional e a autoavaliação, o nível de transparência e comprometimento exigidos, estabelecendo conexão entre os resultados da avaliação interna da escola e a proposição de ações coletivas capazes de

qualificar as escolas e, conseqüentemente, ampliar a aprendizagem dos alunos.

A abordagem da avaliação institucional como instrumento para a promoção da escola democrática que o momento atual exige, contribui para que a mesma seja a instância que irá mediar a avaliação da aprendizagem e a avaliação dos sistemas de ensino. Todavia, não é comum nas escolas públicas de Educação Básica, haver interesse da comunidade escolar em participar do processo de autoavaliação, esquecendo-se que a utilização dos resultados é primordial na elaboração do plano de ação da escola e no desenvolvimento da gestão democrática.

O presente estudo pretende evidenciar a experiência de avaliação institucional em escolas pertencentes à rede pública de nosso Estado, debatendo, inicialmente, questões referentes à avaliação institucional enquanto instrumento capaz de promover a gestão democrática da instituição escolar. A autoavaliação institucional não constitui uma prática contumaz em âmbito da Educação Básica, conforme apontam as pesquisas de dados bibliográficos e estudos disponibilizados em sites da Internet sobre esse tema e a sua utilização em outros estados do país.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, LDBEN nº 9.394/96, estabelecem os princípios da gestão democrática nas instituições de ensino. Inúmeros autores discutem a referida temática por considerarem ser a gestão democrática de grande importância para a promoção de mudanças no ensino, a exemplo de Paro (2000) e Libâneo (2001). Afirma Gracindo (2009, p. 33), que: “A gestão democrática é um objetivo e um percurso. É um objetivo porque trata de uma meta a ser aprimorada e é um percurso porque se revela como um processo que, a cada dia, se avalia e se reorganiza”.

Para se construir um projeto vinculado à gestão democrática, é essencial a compreensão da realidade escolar, devendo haver o compartilhamento de ideias, sugestões e possíveis soluções para os desafios que permeiam o contexto educacional. A pessoa aprende a participar em diferentes espaços sociais nos quais convive, como por exemplo, a família, escola, associações de bairros, sindicatos, dentre outros. Compete à instituição escolar favorecer essa participação a fim de contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos; dessa

forma, as ações praticadas numa escola democrática devem possibilitar e estimular a participação de todos os protagonistas inseridos na instituição.

O objeto de estudo deste artigo será a avaliação institucional e a autoavaliação da escola, ressaltando que esses termos referem-se a avaliação efetivada pelas instituições de ensino com base nas experiências e ações observadas no cotidiano. A estratégia utilizada para o presente estudo é a pesquisa bibliográfica, momento em que efetivou-se a reflexão sobre as finalidades da prática da avaliação institucional (autoavaliação) nas instituições que ofertam a Educação Básica.

Fernandes(2002), enfatiza que a avaliação institucional na educação é uma prática relativamente nova em nossa realidade educacional e tanto autores como Lück (2012), quanto Fernandes (2002), reconhecem que a avaliação institucional oferece contribuições para a melhoria qualitativa da educação. Assim, é fundamental que essa modalidade avaliativa passe a constituir uma prática constante das escolas brasileiras, em todas as etapas de atuação, para que transformações significativas se efetivem nos espaços pedagógicos e administrativos presentes no interior da escola.

Em relação à avaliação educacional brasileira, é comum direcionarmos nossos olhares para as questões da avaliação da aprendizagem. A avaliação da educação com base em Freitas et all (2009 apud Dalben, 2010), é categorizada em três modalidades, ou seja, a avaliação da aprendizagem, a do sistema ou avaliações externas como a do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e a avaliação institucional. Na avaliação da aprendizagem a tarefa de avaliar, em geral, é exercida pelo professor e o avaliado é o estudante; na do sistema, quem avalia é o Estado e os próprios alunos, sendo que os avaliados passam a serem os professores, a instituição escolar e a família. Na avaliação institucional a comunidade escolar é quem realiza o planejamento, executa, avalia e participa do processo da tomada de decisões.

Dessa forma, de acordo com a categoria da avaliação, a atuação dos avaliadores muda, porém os resultados dos processos avaliativos continuam tendo por objetivo a qualidade da educação. A avaliação da aprendizagem preocupa-se com a apropriação dos conteúdos curriculares pelos educandos;

na avaliação do sistema a finalidade é conhecer aspectos da realidade educacional para que possam ser instituídas políticas públicas eficazes e que incidam na melhoria qualitativa do ensino; na avaliação da instituição o objetivo é compreender a totalidade do desempenho da escola, buscando a sua eficácia nos diferentes níveis de atuação.

Oliveira (2014), afirma que na década de 1990, foi possível perceber que a mesma marcou a consolidação da prática avaliativa da aprendizagem na Educação Básica no Brasil por intermédio da instituição do SAEB. Naquela ocasião, começaram a ser utilizadas avaliações externas sistematizadas pelo Ministério da Educação com o apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Foi utilizada a Prova Brasil para alunos concluintes do 5º ano e 9º ano e a Provinha Brasil para alunos do 2º ano de escolarização do Ensino Fundamental.

Os resultados dos índices de desempenho obtidos pelas escolas são amplamente divulgados, já que essa modalidade de avaliação mensura o ensino público de nosso país e principalmente procura contribuir para a melhoria da qualidade desse ensino. É realizado também, no âmbito da Educação Básica, o ENEM destinado à avaliação dos alunos concluintes do 3º ano e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, para jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior.

Trata-se de avaliações externas de larga escala, cuja meta primordial consiste em promover a elevação da qualidade da educação e estabelecer políticas públicas. As avaliações externas e a autoavaliação ou avaliações internas, constituem a base para a realização da avaliação institucional, contudo é importante ressaltar que as avaliações em larga escala recebem inúmeras críticas por não considerarem as especificidades das instituições escolares e por generalizarem os resultados.

A avaliação institucional e a qualidade do ensino

As mudanças que perpassam a sociedade contemporânea, ancoradas em um cenário extremamente complexo, mostram os inúmeros desafios e entraves que a instituição escolar e os docentes, atuando como profissionais e cidadãos, precisam enfrentar a fim de dar a resposta pedagógica que o momento atual exige. A escola constitui uma expressão e também uma

resposta aos desafios da sociedade como um todo e sua existência tem por finalidade o exercício de uma função social.

Dentre os inúmeros desafios que a educação precisa enfrentar, numa sociedade cada vez mais exigente, faremos uma menção à importância da prática da avaliação educacional no Brasil. Ao serem discutidas as avaliações externas, realizadas apenas com finalidade classificatória, ou seja, o ranking, Moraes e Silva (2012, p. 4) enfatizam que “a transformação da escola não se faz de fora para dentro (em algumas vezes nem no sentido inverso), mas numa conjunção tensa e negociada de elementos constitutivos de ambas as direções”, isto é, não é suficiente quantificar ou medir; a junção dos elementos enfatizados nas avaliações externas e internas é que contribuem para transformar a realidade da instituição educacional.

É prática corrente das instituições de ensino municipais e estaduais, efetuarem a avaliação do desempenho dos estudantes por intermédio de avaliações externas. Sousa (2011), afirma que a avaliação da aprendizagem está vinculada ao desafio de redirecionar os fins a que se destina; além deste desafio há o de implantar a avaliação da instituição escolar que perpassa a avaliação do educando. Isso significa que a avaliação da aprendizagem precisa estar em consonância com a avaliação da instituição e a do sistema de ensino, uma vez que o todo não deve ser visto de forma fragmentada, devendo a escola deve ser compreendida em sua totalidade; essa é uma condição fundamental para a eficácia de seu trabalho. Em sua fase inicial de implantação, a avaliação institucional foi realizada na educação superior, momento em que a prática avaliativa acontecia apenas nas Universidades. Ao longo dos anos, a avaliação institucional ganhou importância e também visibilidade, contribuindo para que chegasse até a Educação Básica. Quando nos reportarmos à Educação Básica, percebemos que a prática da avaliação institucional não constitui uma ação comumente utilizada no país. De acordo com Sousa, 1999, apud Ribeiro e Pimenta, 2010, p. 95, a avaliação institucional deveria ser praticada em todas as instituições de ensino, mas essa ação não é considerada ainda um referencial capaz de promover a qualidade da Educação Básica. Muitos educadores desconhecem a importância da prática da avaliação institucional na educação, fazendo com que esta seja minimamente utilizada. É essencial a compreensão de como se estrutura essa

prática avaliativa em todos os níveis de educação, porém para viabilizar essa prática, é necessário o entendimento do que ela significa.

A avaliação institucional da escola enfatiza Lück (2012) é um processo formal e contínuo, com a finalidade de contribuir para a melhoria do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, de seus resultados. Ao avaliar a instituição escolar, torna-se possível realizar uma revisão das ações que acontecem no interior da instituição de maneira a propor novas ações para obter resultados eficazes. Assim pensando, escola deveria manifestar interesse em praticar a sua autoavaliação, por intermédio da coleta e análise de dados, observação das práticas escolares, compreendendo a avaliação a partir de questões que acontecem no ambiente interno e externo.

Quando se avalia a escola com base em uma concepção sistêmica de seu interior, superando uma visão fragmentada, pode-se perceber a escola exatamente como ela é. Ao se avaliar uma dimensão desvinculada do contexto e da realidade escolar não haverá contribuição para que se promovam mudanças significativas em relação ao ato educacional. Belloni (2000), citado por Fernandes (2002), afirma que a avaliação institucional tem por objetivo a melhoria da qualidade da educação, tendo em vista a transformação da escola de hoje em uma instituição que tenha compromisso com a efetiva aprendizagem dos alunos e com mudanças no contexto social. Dessa forma, todas as ações que compõem o processo de ensino e aprendizagem e as condições em que este acontece necessitam ser avaliadas. Pontua Fernandes (2002), que existem duas correntes que servem de base para a avaliação institucional. Uma delas é a avaliação meritocrática com a finalidade de promover o ranking com os melhores resultados, sem a finalidade de promover mudanças na instituição escolar. A outra corrente utiliza a avaliação como instrumento transformador da instituição, possibilitando uma reflexão acerca de todas as ações que acontecem no interior da escola. O presente estudo pretende discutir a avaliação institucional enquanto instrumento de mudança.

Na concepção desse processo, a avaliação institucional da escola pode ser considerada uma realidade possível. Nessa direção, esse estudo demonstra que a prática da avaliação institucional é imprescindível no contexto escolar; esse formato de avaliação permite visualizar todas as ações realizadas pela escola, como projetos, currículo, gestão, questões metodológicas, entre

outras. A avaliação institucional constitui um instrumento a ser utilizado na gestão democrática, daí a importância da mesma ser incorporada a todas as práticas do dia a dia escolar. Nesse sentido é que devem ser estabelecidos os limites e possibilidades para inserir a prática da avaliação institucional no contexto educativo, assim como a autoavaliação da instituição.

Abordar as questões que limitam e possibilitam a autoavaliação das instituições escolares é de suma importância para evidenciá-las e discuti-las em âmbito escolar. Ao iniciar o processo de avaliação institucional, faz-se necessário a efetivação de um trabalho com a comunidade escolar a fim de que todos possam compreender a relevância da autoavaliação, para que a instituição possa perceber suas dificuldades, entraves e pontos positivos com a finalidade de promover a qualidade da educação. O autoconhecimento da instituição escolar é essencial para a realização de um trabalho pedagógico eficaz.

Diariamente as pessoas realizam avaliação e autoavaliação de suas atividades cotidianas. Assim, a prática avaliativa significa apenas uma extensão do que já é feito em todos os momentos da vida dos sujeitos. No ambiente escolar o processo de avaliação restringe-se ao desempenho acadêmico dos alunos e em alguns momentos ao desempenho do professor para a obtenção de promoções e ganhos na carreira. Em geral, deparamo-nos com limites impostos à prática da avaliação das instituições educacionais, como a ausência de uma cultura de avaliação e autoavaliação em âmbito escolar, local em que a totalidade pode ser percebida em toda a sua essência.

Outros limites referem-se a informações insuficientes acerca da autoavaliação das unidades escolares. Há algum tempo as universidades de nosso país têm desenvolvido a prática da avaliação institucional; contrapondo-se a isso, nas instituições de Educação Básica essa forma de avaliação ainda não está plenamente consolidada.

Lück (2012) e Fernandes (2002), apresentam, ainda, estudos que conduzem ao debate sobre a avaliação institucional, significando uma forma de evitar tropeços. Assim pensando, os conhecimentos teóricos e sistematizados constituem condição básica para que a autoavaliação escolar se efetive com eficiência e possa transformar o contexto escolar positivamente. A apropriação dos conhecimentos teóricos e metodológicos é essencial para a organização

de processos autoavaliativos válidos e consistentes, amparados pelo conhecimento dos princípios que regem a avaliação institucional.

A inexistência de uma teoria que dê sustentação à prática, dificulta a avaliação institucional em nossas escolas. Dessa forma, exercitar essa prática desvinculada de suportes teóricos e metodológicos, pode contribuir para o descrédito da ação empreendida. Uma das questões importantes para a consecução da avaliação do interior da instituição educacional é a elaboração dos instrumentos de avaliação, com destaque para as dimensões que serão avaliadas.

Para inserir a autoavaliação no cotidiano da escola, com a participação da comunidade escolar a fim de legitimar a ação avaliativa, é importante lembrar que a participação é necessária para que ocorra a legitimidade. Tomando como referência a concepção de Messina (2001), “a mudança imposta produz ambivalência e dificuldade para compartilhar o sentido da ação, e o pressuposto é que o sentido da mudança deve ser compartilhado pelo grupo que está participando”.

A necessidade de serem atribuídos papéis e determinadas funções à prática de avaliação da instituição escolar limita o ato de avaliar. A avaliação não deve ser usada como instrumento para punir ou premiar as instituições; tanto a punição como a utilização da meritocracia não são adequadas e não favorecem o desenvolvimento das escolas, na afirmativa de Dias Sobrinho (1995) e Lück (2012).

Ristoff (1995, p.47), enfatiza que a avaliação possui uma função educativa que vai muito além do mérito e da punição; a função educativa é que levará a um processo de valorização da cultura da avaliação; processo nem sempre rápido e sim penoso e lento, porque se insere em uma realidade que já existe, em uma história que o antecede.

Cabe ainda enfatizar que a avaliação deve ser vista como instrumento capaz de promover o autoconhecimento e transformações no ambiente educacional. Diversos autores e o autor citado Ristoff (1995), afirmam não existirem apenas limitações no desenvolvimento do processo de avaliação institucional. As escolas precisam construir coletivamente o seu projeto de avaliação institucional, com base nos interesses e necessidades de sua

comunidade escolar e, principalmente da cultura organizacional que existe no ambiente escolar.

Ao debater a importância da cultura organizacional que está presente na instituição escolar, Libâneo (2001), atenta para os diferentes aspectos que são peculiares a cada unidade escolar; essas peculiaridades diferenciam uma escola da outra. Uma proposta de avaliação institucional servirá apenas para a escola a qual se destina e tem por objetivo atender a um determinado momento e a uma realidade específica. Afirma Sousa (2011, p.24) que os projetos de avaliação institucional devem ser construídos tendo em vista a realidade do contexto escolar; é impossível pensar em um único projeto de avaliação para todas as instituições escolares uma vez que, para se construir um modelo de avaliação institucional eficaz, é importante ter como ponto de partida um propósito coletivo e uma base dialógica.

A autoavaliação institucional constitui um processo importante para a compreensão da dinâmica do ambiente escolar, devendo ser útil e não se traduzir somente na identificação de pontos fortes e fragilidades, mas, sobretudo, na organização de recomendações a serem consideradas na proposição de melhorias qualitativas para a instituição avaliada. Os planos de ação a serem elaborados para o desenvolvimento da instituição escolar devem considerar os resultados da autoavaliação.

No entendimento de Bolívar (2003) para a melhoria da escola faz-se necessário o entrelaçamento de três níveis: o desenvolvimento da escola enquanto organização, dos docentes e do currículo. O desenvolvimento do currículo e da organização institucional é um campo indissociável.

(...) na medida em que o desenvolvimento pessoal e profissional está condicionado pelo contexto da escola enquanto local de trabalho e relação, a formação orienta-se para a concepção de uma estreita articulação entre as práticas formativas e os contextos de trabalho, otimizando a dimensão educativa dos processos de trabalho, mediante uma aprendizagem reflexiva e colegial (BOLÍVAR, 2003, p.68).

Na concepção do autor citado, tanto o desenvolvimento profissional como o institucional das escolas precisam caminhar juntos; um precisa do outro para existir e para assegurar o desenvolvimento institucional a escola deve possuir capacidade interna de transformação. Ainda segundo Bolívar (2003), cada instituição de ensino possui seu histórico, sua identidade, enfim, suas

peculiaridades, pois toda escola encontra-se vinculada à política educacional e também ao ambiente sociocultural no qual se insere.

O plano de desenvolvimento da escola é um conjunto de ações necessárias para o planejamento e a gestão da própria instituição; ao gerir o crescimento da escola bem como a sua melhoria, pressupõe-se o fortalecimento da capacidade da instituição em relação aos processos internos e os processos decisórios acerca de mudanças a serem colocadas em prática. Assim sendo, o plano de desenvolvimento institucional constitui um documento que lhe possibilita olhar de forma crítica para si mesma, isto é, sobre a concretização de suas principais metas e a interpretação das dinâmicas internas e a consequente dinâmica constitucional.

Sordi e Ludke (2009) enfatizam que a produtividade da escola exige a participação da comunidade; quando se obtém o engajamento da comunidade escolar nas ações intra e extraescolares, os avanços são significativos. Utilizar os dados da avaliação institucional, sabendo reconhecer que os dados advindos das avaliações externas devem ser utilizados para o esclarecimento da realidade escolar. É assumir o monitoramento do dia a dia da instituição assegurando-se de não exercer um controle excessivo capaz de tolher a participação da comunidade, pelo grande número de normas a serem cumpridas.

A avaliação institucional pode contribuir para legitimar os saberes dos diversos protagonistas que atuam na escola; dessa forma, há um evidente aumento qualitativo das trocas interpessoais observadas no cotidiano da instituição, de maneira a empoderar os protagonistas para a ação.

Conforme Sordi e Ludke (2009), a avaliação institucional pode conduzir a uma atividade de releitura da realidade escolar, com base em seus protagonistas locais, possibilitando que estes se reconheçam como coletivo e possam realizar suas funções enfrentando desafios com compromisso.

Como a avaliação institucional não é organizada a partir de um modelo, não vem pronta e deve ser construída com a participação dos atores da instituição escolar, cumpre enfatizar que a primeira possibilidade reside na autonomia e liberdade de se pensar um projeto peculiar de autoavaliação da escola. Por sua característica de autonomia, possibilita experimentações e adequações à realidade de cada escola.

É válido ressaltar que, a avaliação institucional é um instrumento de promoção do autoconhecimento e pode contribuir para transformações benéficas no ambiente escolar. Dessa forma, os integrantes da instituição escolar devem elaborar a proposta de avaliação institucional com base nas necessidades da própria comunidade escolar e da forma de organização presente no interior da escola. É nesse sentido que cada escola deverá construir seu próprio projeto de avaliação institucional, pois um modelo de avaliação não há de servir para outra instituição. Os modelos de avaliação sofrem mudanças conforme a realidade, mudando de acordo com o tempo e o espaço escolar. Libâneo (2001) afirma que a cultura organizacional da escola é relevante, uma vez que constitui um reflexo das peculiaridades de cada instituição e as diferencia uma das outras.

É comum os docentes e funcionários discordarem de propostas avaliativas elaboradas por burocratas e técnicos, sendo instituídas de cima para baixo, deixando a eles poucas possibilidades de interferência. Na concepção de Lück (2012, p.60) para ser efetiva, a avaliação institucional não deve centrar-se em modelos prontos; a escola, com base em conceitos e princípios que possam nortear seu programa de autoexame, deve lançar mão de uma de suas características que é a possibilidade da autonomia. Dessa maneira, a instituição escolar deve buscar subsidiar o seu projeto de autoavaliação em conceitos que vão de encontro à sua política de trabalho e sua organização pedagógica.

Tomando como referência a concepção de Lück (2012), é importante que o projeto de avaliação institucional seja constantemente reorganizado passe por experimentações e continuamente possa ser entendido como um projeto em fase de acabamento, ou seja, deverá ser sempre revisto. Como um projeto em constante elaboração, deve ter um caráter flexível, de modo a permitir adaptações necessárias de acordo com a realidade.

Pode-se considerar como outra possibilidade o exercício de um planejamento participativo, já que é necessário dialogar com a comunidade escolar durante o processo de avaliação institucional. A participação no planejamento implica em assumir responsabilidades sobre as ações a serem colocadas em prática. Enfatiza Müller (2001, p.17) que a participação na elaboração dos instrumentos a serem utilizados na avaliação institucional

interna demanda um maior conhecimento por parte dos docentes e faz com que a escola relacione-se com todos os integrantes presentes em seu contexto.

Permitir a gestão democrática durante o processo de autoavaliação escolar faz com que o exercício da gestão democrática no cotidiano, possa favorecer a participação dos protagonistas da instituição escolar nas diversas ações efetivadas em seu interior, conduzindo um processo participativo, com envolvimento dos diversos segmentos presentes na organização escolar.

É importante destacar a importância do desenvolvimento de um processo de autocritica pelas instituições educacionais, pois sem avaliar e impulsionar a autocritica nas instituições, torna-se quase impossível a proposição de transformação no dia a dia escolar.

Com base na avaliação institucional, o processo formativo que se instaura, possibilita o autoconhecimento e também a reorganização das formas de atuar. Lück (2012, p.90), afirma a esse respeito que, o processo de avaliação não existe como um fim em si mesmo, avalia-se para compreender e promover avanços e melhorias; a avaliação não deve ser realizada apenas no sentido de descrever uma ação ou emitir um julgamento.

Ainda segundo Lück (2012, p. 125) “nenhuma prática de avaliação é enfrentada sem passar pela superação de dificuldades, obstáculos e limitações”. Tendo em vista que a autoavaliação permite transformações nas práticas que acontecem no interior da escola e incidem, diretamente na qualidade da educação, é necessário que a avaliação institucional seja uma prática efetiva na Educação Básica e seja inserida nas ações efetivadas na escola, enquanto mediadora do crescimento da comunidade escolar.

Para sua autoavaliação a instituição escolar deve construir um referencial de análise com base na sua identidade institucional, seus sujeitos e as finalidades da educação.

A avaliação institucional constitui-se de um instrumento imprescindível para acompanhar continuamente as ações elencadas pela escola e tem o propósito de assegurar a realização das atividades da instituição educacional, verificando os acertos, os indicadores de sucesso, os obstáculos e os entraves e, com base nas informações assumir posições capazes de proporcionar mudanças e avanços no percurso escolar.

É fundamental a participação de professores, gestores, funcionários, alunos e demais integrantes das instancias escolares pois esse é o momento de refletir, analisar, criticar e realizar a proposição de transformações objetivando a melhoria da qualidade do trabalho.

A avaliação institucional contribui para que os conhecimentos dos diversos integrantes da escola sejam incorporados e legitimados, de forma de maximizar a qualidade das trocas intersubjetivas que se processam na instituição escolar empoderando os participantes para a execução das ações assumidas. Uma das contribuições da avaliação institucional é impedir que a escola, por intermédio de decisões isoladas e unilaterais, desvinculem-se do trabalho colaborativo entre os profissionais da instituição, prejudicando a qualidade do trabalho e as metas previstas.

A avaliação institucional da escola básica não está totalmente consolidada em âmbito da educação em nosso país. Organismos oficiais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Prova Brasil e IDEB promovem avaliações externas e em larga escala, para analisar a proficiência dos estudantes ao término de um determinado ciclo da escolaridade. Em contrapartida, a avaliação interna quase não se efetiva no cotidiano das instituições escolares, não integra as ações nela desenvolvidas, com a finalidade de proceder a uma análise da escola para a identificação de suas fragilidades e acertos, possibilitando assim intervenções eficazes e que conduzem a melhorias.

Considerações finais

As reflexões destacadas no presente estudo tiveram como questão central a avaliação da instituição escolar, a relação entre avaliação da escola e a qualidade do ensino. O debate centrou-se na avaliação educacional na contemporaneidade, já que é de fundamental importância que os protagonistas da escola tenham compreensão de que a avaliação institucional ou a autoavaliação desenvolvida com base em uma atitude crítica é essencial para a percepção do movimento institucional da escola e, também, pela evidência de que a instituição que desenvolve um processo avaliativo com base em uma

postura crítica pode descobrir sua identidade e buscar coletivamente a proposição de novas ações para a melhoria do ensino.

A prática da avaliação institucional é uma importante condição capaz de apoiar a tomada de decisões, isso se for fundamentada nas necessidades reais vivenciadas no contexto escolar.

Há necessidade de serem superadas as limitações que entravam os processos avaliativos da instituição ou a autoavaliação da escola. Essas limitações que são percebidas em diversos atores da escola podem estar ligadas à falta de competências especiais que são desenvolvidas por intermédio de estudos e da leitura de textos sobre os fundamentos e os resultados da avaliação, aliados aos debates e proposições de ações com a finalidade de apontar as fragilidades e as áreas que merecem atenção. A avaliação institucional e a autoavaliação não podem estar vinculadas a práticas descritivas do que acontece na escola; a prática da avaliação por envolver varias dimensões, entre elas a dimensão técnica, humana e política presentes no ambiente escolar (ela tem que ser utilizada para conhecer, e melhorar o trabalho realizado e os resultados das avaliações devem servir para tomada de decisões e organização de plano de ação).

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF:MEC, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SAEB, ENADE, ENEM, ENCCEJA.

BOLÍVAR, A. **Como melhorar as escolas**: estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas. Porto: Edições Asa, 2003.

CASTRO, M. H. G. de. **Educação para o século XXI**: o desafio da qualidade e da equidade. Brasília, DF: INEP, 1999.

DALBEN, A. **Avaliação institucional na escola da educação básica**: uma aproximação orientada pelos princípios da participação. Educação: teoria e Prática – v. 20, n. 35, jul-dez,2010, p.133-146.

FERNANDES, M.E.A. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

GRACINDO, R.V. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

LIBÂNIO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LÜCK, H. **Perspectiva da avaliação institucional na escola**. Rio de Janeiro: ed. Vozes. 2012.

MESSINA, G. **Mudança e inovação Educacional: notas para reflexão**. Cadernos de pesquisa nº 114, p. 225-233, novembro, 2001.

MORAES, S.R.C.de; SILVA, I.M.da. **Escola básica e auto-avaliação institucional**: possíveis conquistas, novos desafios. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT05-5255--Int.pdf>. Acesso em: 13/07/2016

MÜLLER, A. **Avaliação institucional da Gestão Escolar na Escola Pública**: a democracia no processo decisório. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SORDI, M.R.L.de. LUDKE, M.. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2.pdf>. Acesso em 05/05/2016.

SOUSA, S.Z.L. Debater é preciso. In: **Avaliação educacional – em busca de critérios justos - a construção de uma ação educativa**. Revista Escola Pública – Editora Segmento, p. 16-29, set/2011.

OLIVEIRA, C. P. **Avaliação Institucional na Educação Básica**: Limitações e Possibilidades. Bauru: III Conave. 2014. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/Home/paginas/conave3/cleide-pereira.pdf>. Acesso em: 05/05/2016

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2000.

RIBEIRO, V.M.; PIMENTA, C.O. **Análise de uma proposta de avaliação institucional para a escola e para instituições de educação infantil**. Ano 13 - a. 15 – julho 2010 – p. 93-112.

Ristoff, D.I. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: BALZAN, C.N.; DIAS SOBRINHO, J. (Orgs.). **Avaliação Institucional – teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.